

# Cabral denuncia trama "armada pelo Governo"

## Aliança tenta acordo sobre a tributação

Reafirmando que assume inteiramente a responsabilidade pelas alterações constantes em seu substitutivo quanto ao papel das



Forças Armadas, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, denunciou ontem, em conversas com parlamentares, que está sendo vítima de uma trama armada pelo Governo que pretende transformá-lo em "bode expiatório".

No plenário da Câmara, que ocupou na tarde de ontem, Cabral mostrou-se irritado e amargurado com o noticiário dos jornais durante o fim de semana. Ocupando a tribuna, o parlamentar amazonense reagiu com veemência ao editorial de domingo publicado no *Jornal do Brasil* segundo o qual o relator não cumpriu acordo com o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, citando como fonte o senador paulista Fernando Henrique Cardoso. Cabral, antes de contestar mais uma vez qualquer acordo com ministros militares, disse que o líder do PMDB no Senado desmentiria, publicamente, que teria sido o autor da inconflidência sobre o desabafo do general.

### Críticas

Bernardo Cabral afirma que a trama pretende desviar a atenção do País sobre o agravamento da crise sócio-econômica e desmoralizar seu trabalho frente à Comissão. Segundo ele, quando da definição do papel das Forças Armadas em seu substitutivo aproveitou "um texto do senador Afonso Arinos" — redação proveniente do projeto de Constituição da Comissão dos Notáveis. "Alterei a redação porque refleti melhor sobre a questão e assumo essa responsabilidade".

Amigos e parlamentares ligados ao relator, em conversas informais nos últimos dias, têm apontado o senador Fernando Henrique Cardoso como um dos principais responsáveis pelas críticas a Bernardo Cabral — como relator, político e até sobre sua personalidade.

### Artistas

Cerca de 20 artistas, entre eles o diretor de teatro Cacá Rosset, o escritor Plínio Marcos, o autor Lauro César Muniz e a presidente do Sindicato dos Artistas, Lígia de Paula Souza, foram a Cabral ontem, reivindicar a supressão de dois artigos em seu substitutivo que institucionalizam a censura no Brasil. O deputado José Genoíno (PT-SP), comprometeu-se a assinar como emendas suas as reivindicações dos artistas, que querem a supressão dos parágrafos 2º, do artigo 291 e do parágrafo 9º do artigo 6º, que seriam substituídos pelo artigo proposto na emenda popular da classe, que chegou à Sistematização com 39 mil assinaturas: "Não há mais censura no País. É garantida a liberdade de expressão".

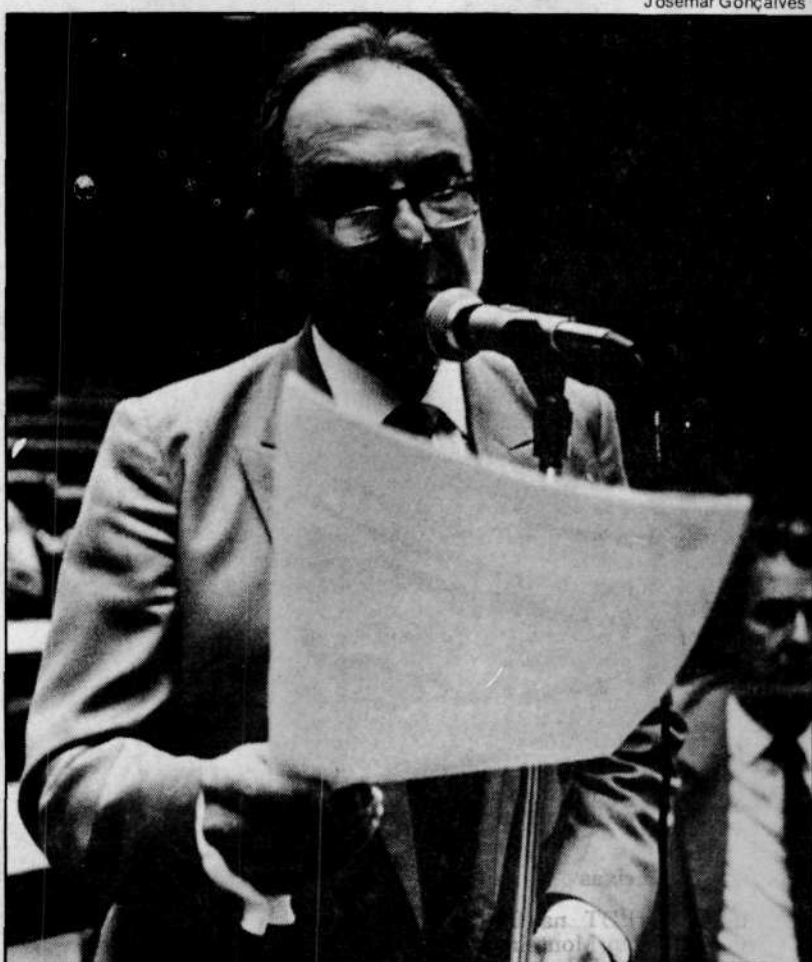
Cabral garantiu acatar as propostas e disse: "A atividade artística é incompatível com qualquer pressão negativa, ou há liberdade de criação ou não há".

## Líderes no Senado defendem o relator

Presente ao plenário, Bernardo Cabral ouviu ontem um desagravo do Senado, que, a partir de um pronunciamento do líder do governo, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), apoiou seu trabalho de redação do substitutivo ao projeto de Constituição. Nove senadores apartaaram Cardoso, inclusive o líder do PFL, Carlos Chiarelli (RS), que esclareceu pontos da reunião ministerial da semana passada e principalmente a respeito das observações feitas na oportunidade pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves.

Na sua intervenção, Chiarelli assegurou que o ministro em momento algum fez qualquer restrição ao trabalho de Cabral, limitando-se apenas a apresentar as consequências financeiras que decorreriam da aprovação da anistia prevista no substitutivo.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, o relator, ao preparar seu substitutivo, fez o que pôde, atendendo a todas as reivindicações recebidas dos constituintes. Para o líder do PMDB, não procedem as interpretações de que tivessem sido colocadas advertências ao problema da anistia aos militares.



Cabral acusa o Governo de usá-lo como "bode expiatório"

# Esquerda proporrá mudança no papel das Forças Armadas

O bloco das esquerdas na Constituinte (PT, PDT, PSB, os dois partidos comunistas e o Movimento Unidade Progressista do PMDB) vai defender a aprovação do projeto de Constituição com a manutenção da definição do papel das Forças Armadas voltado para a defesa da pátria e a garantia dos poderes constituídos e a ampliação da anistia aos civis e militares atingidos por processos administrativos de motivação política. Estes dois pontos foram os principais fatores que resultaram na advertência do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, à Constituinte, na semana passada.

O bloco das esquerdas decidiu ontem que vai apresentar emendas na tentativa de avançar em relação a 29 pontos do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). As principais modificações referem-se à reforma agrária, mandato presidencial, anistia, questões trabalhistas e ao sistema eleitoral. Os progressistas vão procurar também derrubar o dispositivo que cria o Conselho de Defesa Nacional e o Estado de Defesa.

Até ontem, a tendência do grupo era a de apresentar emenda propondo eleições gerais no País depois da promulgação da futura Constituição. Hoje, as esquerdas começam o trabalho de coleta de assinaturas das emendas para serem apresentadas amanhã.

### Reforma Agrária

A emenda a ser apresentada ao artigo referente à reforma agrária visa suprimir o dispositivo que determina a vistoria do imóvel pelo

órgão fundiário nacional com a presença do proprietário ou peritos por este indicados. Além desta alteração, será apresentada emenda que impede a conversão do pagamento da indenização de títulos da dívida agrária para moeda corrente.

Outra modificação importante pretendida pelo bloco de esquerda é a supressão do voto distrital misto previsto no substitutivo pela manutenção do atual sistema proporcional nas eleições. Quanto ao mandato do presidente José Sarney, a unanimidade é pelos quatro anos. Já em relação ao sistema de governo, o bloco deixou a questão em aberto uma vez que o PCB, PC do B, PSB e parte do MUP são pelo parlamentarismo, enquanto o PDT, PT e a outra ala do MUP defendem o presidencialismo.

No que se refere aos militares, o vice-líder do PT, deputado José Genoíno, explicou que o grupo apresentará emenda propondo que integrantes das Forças Armadas possam concorrer às eleições legislativas ou para cargos executivos sendo que o militar somente iria para a reserva caso fosse eleito. A emenda sobre anistia poderá propor a reparação total dos atingidos ou anistiar os punidos que ainda não foram beneficiados por terem sido cassados através de processos administrativos.

Ficou definido também que o bloco vai defender a jornada de 40 horas por semana para o trabalhador e exigir que seja especificado o que significa a proibição à demissão imotivada prevista no substitutivo.

## Área trabalhista tem emenda

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, recebeu ontem de cinco constituintes ligados à área sindical, acompanhados do presidente do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) e do presidente da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), uma nova proposta sobre estabilidade no emprego, que protege o contrato de trabalho pela proibição das demissões imotivadas, com as ressalvas de demissões por falta grave, motivo econômico intransponível e força maior, sob pena de reintegração.

A proposta prevê ainda quatro cláusulas para a não caracterização da estabilidade: os contratos a termo não superiores a dois anos, os contratos de experiências não superiores a noventa dias, as empresas com menos de dez empregados e o exercício de cargo de confiança imediato.

Cabral prometeu estudar as propostas, ressaltando a sua disposição em atender a reivindicação quanto à aposentadoria, diminuindo o tempo de serviço para 30 anos para o homem e 25 anos para a mulher. Mas não garantiu a retirada do limite mínimo de idade de 55 anos para o homem.

Os presidente dos dois partidos que dão sustentação ao Governo — PMDB e PFL —, respectivamente Ulysses Guimarães e Marco Maciel, manterão encontro reservado, hoje, para decidir sobre as questões que consideram polêmicas e fundamentais da nova Carta Constitucional.

Isso porque, o projeto constitucional apresentado pelo relator Bernardo Cabral, desagradou a todos os partidos políticos, indistintamente, pelo menos no capítulo que diz respeito à ordem econômica. Cabral conseguiu a proeza de reunir «direita» e «esquerda» contra o novo texto, sem contabilizar o «centro».

Marco Maciel, por exemplo, considera que o seu partido sai do projeto Bernardo Cabral prejudicado no que diz respeito à reforma tributária. Pelo sistema atual, a região Nordeste é privilegiada com 3% de todo o orçamento da União. Só que estes recursos são destinados à Sudene, que os distribuirá diretamente aos Estados. Como a maioria dos Estados nordestinos é hoje governada por integrantes do PMDB, o novo texto da Constituição beneficia nitidamente os integrantes deste partido, tirando o poder de barganha que poderia ter um superintendente da Sudene que viesse a ser indicado pelo PFL.

### «Radicias»

Para o deputado Roberto Cardoso Alves, assim como para os integrantes dos partidos ditos «conservadores», o sistema para a implantação da reforma agrária contido no projeto de Bernardo Cabral, é aquele pregado pelos partidos mais radicais da «esquerda», representado segundo Cardoso Alves pelo PT, de Luiz Inácio Lula da Silva.

O líder do PFL na Câmara dos Deputados, José Lourenço, o relator da Constituinte, Bernardo Cabral, «traiu» a confiança dos partidos, pois na segunda-feira da semana passada, apresentou aos representantes de todos os partidos um projeto, quando na sexta-feira anterior havia mostrado um esboço completamente diferente.

«Do jeito que ele fez, o sujeito toma tudo o que você tem», confidenciou Lourenço a um empresário mineiro, apressando o seu retorno a Brasília neste último fim de semana, justamente para discutir a questão com os líderes dos outros partidos.

Apesar de centrarem as discussões de plenário em torno das questões de sistematização, são as disposições de ordem econômica que mais preocupam os políticos, devido aos interesses diretos que despertam. Tanto que ontem à noite, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, esteve na residência do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, para discutir o assunto. Bresser pretende adaptar o projeto de orçamento da União para o próximo ano à nova Carta Constitucional que já estará em vigor.

## Cotta prevê a "implosão" do partido

O deputado mineiro Carlos Cotta, que foi um dos parlamentares peemedebistas mais vinculados ao falecido presidente Tancredo Neves, previu ontem a implosão do PMDB, "diante do conflito de interesses instalado no partido, da fisiologia" e da falta de lideranças.

"O PMDB tornou-se um arenêbê" — afirmou Cotta, ao salientar a inclinação fisiológica da maioria do partido, destacando, a propósito, o grupo "Centro Democrático", articulado pelo cearense Expedito Machado e que, no seu entendimento, tem por objetivo apenas obter as benesses do poder.

Para o representante de Minas, não há o que se comparar, agora, entre a antiga divisão emedebista (autênticos versus moderados) e o conflito ora existente entre o "Centro Democrático" e a corrente "progressista" do partido.

### Casusmos

O parlamentar peemedebista entende que a direção nacional do seu partido vem agindo "de forma tão ou mais casuística do que a antiga Arena". Exemplo disso, a seu ver, é a tentativa de adiar as convenções partidárias para, entre outros objetivos, evitar que o PMDB perca grande parte dos seus quadros antes das eleições municipais do próximo ano.